

A “questão social” nas obras de Marx e Engels

Rodrigo Castelo*

A “questão social” nas obras de Marx e Engels

Resumo: A “questão social” surgiu por volta de 1830. Muitos pesquisadores associam-na à pobreza das massas populares e às desigualdades sociais geradas pelo capitalismo. Defini-la desta forma é, todavia, defini-la por meio das suas expressões, e não do seu núcleo central. A teoria social de Marx e Engels nos fornece um instrumental teórico-metodológico capaz de dar precisão conceitual à expressão “questão social”, definindo-a como a exploração do trabalho assalariado pelo capital e a luta política do movimento operário contra esta exploração e suas múltiplas expressões.

Palavras-chaves: Exploração; Movimento operário; “Questão social”; Karl Marx; Friedrich Engels.

The “social issue” at Marx’s and Engels’ works

Abstract: The “social issue” emerged around 1830. Many researchers associate such fact to the poverty of the masses and the social inequalities engendered by capitalism. Nevertheless, this is a way to define the issue by its expressions and not by its core problematic. Marx and Engel’s social theory offers theoretical and methodological tools that enable us to give more conceptual accuracy to the “social issue” idea, defining it as the Capital exploitation of the working force and the political struggle of the working movement against such exploitation and its multiple expressions.

Keywords: Exploitation; Labour movement; “Social issue”; Karl Marx; Friedrich Engels.

Recebido em 25.02.2010. Aprovado em 08.04.2010.

Introdução

*“A questão social perdura.
Ela é terrível, mas é simples:
é a questão dos que têm
e dos que não têm!”*
(Victor Hugo)

A “questão social” é um dos principais temas da reflexão teórico-metodológica dos assistentes sociais. Diversos autores, dentre os quais destacamos Sara Granemann (1999: 164), afirmam que “a matéria mais comumente trabalhada é a questão social. (...) Sobre este terreno labutam os assistentes sociais, é a sua matéria de trabalho”. José Paulo Netto (2001: 162) vai mais longe e sentencia que a “questão social” é a razão de ser da categoria. Isto posto, nos parece patente a centralidade do debate em torno do principal objeto de trabalho da referida categoria profissional.

São duas as principais motivações para nos inserirmos neste debate sobre a “questão social”: em primeiro lugar, as recentes transformações vivenciadas pelo capitalismo desde os anos 1970 – desmonte do Estado do Bem-Estar Social, desestruturação do fordismo, revolução tecnológica-científica, fim do padrão ouro-dólar, financeirização da riqueza, neoliberalismo etc. – levantaram uma série de questionamentos por parte de autores europeus, como Pierre Rosanvallon e Robert Castel, a propósito da validade da “questão social” (PASTORINI, 2004). A “questão social”, desta forma, passa a ser definida por suas novas expressões, e não por sua célula medular, a saber, a exploração do trabalho assalariado pelo capital e as lutas dos trabalhadores contra esta exploração. Enquanto a “antiga” “questão social” é tida como produto do período histórico da modernidade, a nova é ligada a uma suposta sociedade pós-industrial, ou pós-moderna.

A segunda motivação, intimamente correlacionada à primeira, é a perda de precisão teórica da expressão “questão social”. É bem verdade que desde o seu início a expressão foi cunhada, sob os auspícios dos ideólogos burgueses, com o intuito de fragmentar e despolitizar a intervenção sobre a exploração capitalista, fragilizando a organização coletiva dos trabalhadores (GRANEMANN, 1999: 164). Mas, com o desenrolar do tempo, a expressão assumiu uma espécie de nova reconceituação quan-

do passou a ser alvo da atenção dos intelectuais marxistas, em especial aqueles ligados ao Serviço Social. Sob esse referencial teórico-metodológico, a expressão foi relacionada à acumulação capitalista e à luta operária.

Hoje, o estado da arte mudou e a força argumentativa marxista, baseada nos textos clássicos de Marx e Engels, vem perdendo terreno para outros sistemas ideológicos, como o pós-moderno, que trata as desigualdades sob um enfoque fragmentado de diversidade e diferenças, e a pobreza sob um enfoque (estático) de exclusão. Sem uma precisão muito clara das concepções de mundo nas quais estão assentadas tais ideologias, das suas categorias teóricas e dos seus pontos de vista classistas, o debate sobre a “questão social” corre um sério risco de deslizar para o ecletismo, como, inclusive, já vem ocorrendo.

Diversas intervenções ao debate sobre a “questão social” se mostram insuficientes do ponto de vista teórico e infrutíferas no campo das políticas públicas e das transformações sociais. Apesar das inúmeras abordagens e formas de tratamento da “questão social” por parte dos governos conservadores, liberais e social-democratas, o problema persiste e vem se agravando ao longo do tempo. Quando chegamos a este ponto, é preciso retornar às origens, reavaliando o passado para transformar o presente e construir o futuro.

O objeto de reflexão do presente artigo diz respeito ao tratamento teórico que Marx e Engels dispensaram à “questão social”. O nosso intuito, fundamentalmente, é uma maior precisão categorial a respeito da expressão “questão social”, buscando entendê-la como produto social historicamente determinado pelo modo de produção capitalista e pelas lutas modernas do movimento operário. Vista desta forma, e não como produto de uma ordem divina ou natural, transcendental aos seres humanos, pode-se vislumbrar, através de uma *práxis* revolucionária, possibilidades concretas para a sua superação.

O artigo está dividido em duas seções principais, além desta introdução e da conclusão: a primeira versa sobre a transição histórica do feudalismo para o capitalismo e a gênese e estrutura do capital como modo de produção hegemônico no século XIX. O principal foco das nossas atenções é o debate sobre a constituição da “questão social” e

seus elementos básicos: capital, trabalho assalariado e lutas operárias. Na segunda parte destacamos os principais textos de Marx e Engels nos quais figuram a expressão “questão social”, visando não uma exegese destas fontes clássicas, mas sim a problematização do uso da expressão segundo a teoria dos revolucionários alemães.

Raízes da “questão social”

As ideologias dominantes, em versões laicas e religiosas, proferiam o caráter eterno e a-histórico das desigualdades sociais visando garantir e legitimar a ordem estabelecida pelas classes exploradoras. Pouco ou nada se falava sobre as origens sociais e históricas da desigualdade humana; quando muito, dissertava-se sobre as diferenças biológicas, físicas e capacidades mentais e habilidades manuais dos indivíduos. Desde o Renascimento, autores humanistas como o diplomata inglês Thomas Morus e o sacerdote alemão Thomas Münzer, já denunciavam, respectivamente, por meio dos seus livros e pregações, as mazelas sociais da dissolução do modo de produção feudal e o consequente nascimento do capitalismo. Foi, contudo, no período da Revolução Industrial, que a ideia da desigualdade social ser vista como um fato natural, aceitável e até mesmo inalterável, foi desconstruída. Quanto a isto, muito se deve às teorias de Karl Marx e Friedrich Engels.

Em modos de produção pré-capitalistas, a pobreza e as desigualdades sociais eram intimamente ligadas à escassez, consoante o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção associadas àquelas. Já no capitalismo, adquiriram uma nova lógica e dinâmica, estando associadas à produção de riqueza, ou seja, a escassez passa a ser uma produção social, e não mais resultado da ordem natural. Mas, em ambos os casos, a pobreza e as desigualdades sociais podem ser relacionadas à divisão da sociedade em classes sociais e à existência da propriedade privada.

A emergência do modo de produção capitalista fez-se sentir em todas as esferas da vida humana. A agricultura britânica viveu momentos de profundas rupturas e transformações. A posse da terra passou por um processo de concentração nas mãos de grandes proprietários, com a expropriação dos pequenos lotes familiares, das terras da Igreja e, prin-

cipalmente, das terras comunais dos camponeses medievais. Tal processo levou a um maciço êxodo rural, aumentando a população urbana e a oferta de mão-de-obra para a manufatura.

Os trabalhadores rurais viram-se no meio de um turbilhão de mudanças que mal podiam compreender. Expulsos violentamente da sua terra, alijados dos seus meios de produção e de reprodução sociais, eram, naquele momento, obrigados a subsistir nas cidades em péssimas condições de vida. Haviam-se tornado mercadorias para a manufatura a partir dos processos históricos chamados de acumulação primitiva, e passaram a ser consumidos dentro e fora do processo de produção fabril (MARX, 2003 [1867]). A natureza havia sido reduzida à terra privatizada, o homem à mercadoria “força de trabalho”. Entretanto, a despeito das previsões mais pessimistas, uma nova costura deu unidade aos retalhos remanescentes do sistema feudal: a economia de mercado autorregulável, que teve como símbolo máximo a indústria moderna (POLANYI, 2000 [1942]).

As ruas, os espaços públicos e, principalmente, a população urbana, proletária, passaram a frequentar não só as páginas de livros, folhetins e panfletos revolucionários, como também o imaginário das classes dominantes. Os fenômenos da sociedade industrial e sua classe trabalhadora foram a matéria-prima de escritores do porte de Victor Hugo, Charles Dickens, Charles Baudelaire e Émile Zola, que representaram a multidão operária do século XIX a partir de padrões estéticos realista e naturalista. O admirável mundo novo do capitalismo despertou fascínio e deslumbramento nos literatos, então acostumados a retratar o mundo privado dos salões da aristocracia feudal e da burguesia.

Diante da nova realidade social, expressa cotidianamente na multidão solitária das grandes cidades europeias, a literatura respirou novos ares, ainda que assustada e preocupada com a formação do mundo do trabalho, um mundo capaz de contestar a ordem do capital. Por trás da representação estética dos espaços urbanos, tomados pelas hordas das classes subalternas, está o trabalho – sob a subsunção formal e real do capital – como organizador da vida cotidiana. A precisão dos relógios e dos cronômetros regula o tempo útil do trabalho, da máquina e seus autômatos humanos; a lógica ordenadora do trabalho cronometrado e parcializado das fábricas,

regidas pela disciplina imposta pelos contrames-
tres, expande-se por toda a sociedade, abarcando a
tudo e a todos, cidade e campo, operários e campones,
trabalhadores e desempregados.

Os trabalhadores, a partir da inserção no processo de produção capitalista, dispunham da faculdade de partilhar da sociedade mercantil, mas não gozavam do direito de participar da comunidade política, atividade esta garantida aos homens racionais e que possuíam renda e riqueza. De acordo com a visão da filosofia política liberal da época, os trabalhadores eram seres incapazes de atuar racionalmente no campo da política, pois possuíam um nível intelectual baixo devido às duras condições sociais de uma vida de trabalho pesado e manual.

Objeto de solicitude, de piedade e de escárnio, às vezes até de temor, os pobres não estão em condições de pertencer como membros de pleno direito de uma comunidade moral, o que, vale a pena lembrar, não os livra de estarem submetidos a ela e às suas leis. Estão na sociedade moral, civil, mas dela só participam com o trabalho (BRESCIANI, 1984: 88).

Temos, assim, a liberdade à exploração do trabalho pelo capital e o nascimento da democracia burguesa liberal, excludente dos interesses dos trabalhadores. A sociedade capitalista, tendo o trabalho como uma atividade central e reguladora, produtora da riqueza dos burgueses, incluía forçosamente os agentes do mundo da produção no plano econômico e, contraditoriamente, os excluía da vida política.

Enquanto o capitalismo expandia-se por todo o globo terrestre e conhecia novas terras, povos e culturas, exterminando-os na maior parte das vezes, ignorava por completo a periferia das suas cidades: os bairros proletários eram descritos como uma terra estranha, repleta de mistérios e desafios, e seus habitantes, os trabalhadores, eram tidos como seres selvagens e bárbaros, membros de uma “classe perigosa”.

Os trabalhadores manuais, seres alienados de parte da sua humanidade, presos nos grilhões dos trabalhos assalariado e semi-servil, são retratados pelos liberais como “bestas de carga”, “bípedes da floresta”, “escravos por natureza”, “crianças” sem

autonomia de consciência e ação. Desta forma, não se apresentam aptos a participar civilizadamente dos processos eleitorais, franqueados somente a seres humanos letrados, instruídos e donos do seu próprio destino. Animais e semi-humanos deveriam ser interditados ao cumprimento de deveres políticos; e, quem não é capacitado a cumprir deveres, não deveria gozar dos respectivos direitos políticos. Como escreve Domenico Losurdo (2004: 50),

os operários e as classes populares em luta pelo reconhecimento do direito de coalizão ou dos direitos políticos percebem, de todo modo, que a discriminação contra eles se entrelaça estreitamente com uma antropologia que, considerando-os estrangeiros não só em relação à comunidade em que vivem mas também, em última instância, à civilização, relega-os à condição de raça inferior; negando-lhes a dignidade plena de homens.

Este quadro de isolamento e esquecimento da situação da classe operária vai ser modificado a partir das pressões dos trabalhadores, que passam a se organizar coletivamente para atuar de forma consciente e racional na comunidade política em favor dos seus próprios interesses, arrancando e conquistando importantes avanços democráticos e sociais.

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (IAMAMOTO, 2003: 66, grifos da autora).

A formação da classe trabalhadora inglesa, enquanto formação social e cultural, foi um longo processo que teve, segundo E.P. Thompson, seu início no final do século XVIII. Desde a Sociedade Londrina de Correspondência (SLC), fundada em 1792, os trabalhadores colocaram-se a seguinte questão: “nós, que somos artesãos, lojistas e artifices mecânicos, temos algum direito a obter uma reforma parlamentar?” (THOMPSON, 2004 [1963]: 16). Todos os membros da SLC decidiram que

tinham tal direito e que tinham também, o que é mais importante, capacidade de intervenção direta e autônoma sobre o desafio posto.

Os embriões da organização, propaganda e agitação da classe trabalhadora estavam sendo germinados nestas pequenas agremiações de correspondência, embora seus principais membros não tivessem a noção exata da magnitude dos seus atos. O lema da SLC – “que o número de nossos membros seja ilimitado” – foi emblemático da nova etapa das lutas populares na Inglaterra, pois “significa[va] o término de qualquer noção de exclusividade, de política como reserva de uma elite hereditária ou de um grupo proprietário” (THOMPSON, 2004 [1963]: 20).

A classe média vitoriana e as classes dominantes inglesas passaram a cultivar uma espécie de sensibilidade social por volta da década de 1790, logo após a eclosão da Revolução Francesa. Estas preocupações humanistas, realçadas com uma retórica de solidariedade e fraternidade, não foram um impulso interno da boa alma dos proprietários, sensibilizados com a miséria dos trabalhadores, então causada pela Revolução Industrial; elas são, antes de tudo, uma reação conservadora ao despertar político da classe trabalhadora inglesa, inflamada pelos acontecimentos revolucionários no continente, pela leitura de *Direitos do Homem*, de Thomas Paine e, principalmente, pela situação material das suas vidas, marcadas pelo pauperismo absoluto e relativo.

O dito humanismo das classes dominantes surge como uma constante na história da luta de classes no capitalismo, sempre que aquelas vêm ameaçados os seus interesses. Diante da ebulição social provocada pelo movimento cartista e pelas reações populares contra a nova lei dos pobres (1834), as classes dominantes inglesas viram seus temores ganharem as ruas das principais cidades do país, com milhares de trabalhadores reivindicando direitos políticos, como o sufrágio universal masculino e direito à organização, e conquistas sociais, como a redução da jornada de trabalho.

Tão rápido quanto o agitamento da classe trabalhadora, foi a reação burguesa, oferecendo, de um lado, um assistencialismo paroquial e a repressão estatal, e, de outro, boas doses de sermões sobre “paciência, trabalho, sobriedade, frugalidade e religião”, nos dizeres de Edmund Burke. “Para ser

mais preciso, a maioria dos homens e mulheres de posses sentiu a necessidade de pôr em ordem as casas dos pobres” (THOMPSON, 2004 [1963]: 58).

A tradição política liberal, ao longo de toda a sua história, sempre teve uma atitude hostil em relação à plenitude dos direitos políticos dos trabalhadores, pois a considera uma ingerência intolerável aos interesses econômicos privados. Os programas populares de intervenção política na economia, centrados em torno de projetos redistributivos e igualitários, deveriam ser restringidos e neutralizados sob a forma que for necessária: esforços não seriam medidos, muito menos poupados, para limitar a soberania popular e sufocar seus levantes, revoltas e revoluções, tudo em nome da defesa intransigente da propriedade privada burguesa. “Ainda que mediada pela intervenção do poder legislativo, a intrusão ou a “invasão” dos não-proprietários na esfera da propriedade é sempre um ato de arbítrio ou de saque, de violência, um ato, pois, que pode ser legitimamente combatido pela violência do agredido” (LOSURDO, 2004: 39).

A tentativa de associação política dos trabalhadores foi combatida por pensadores burgueses, temerosos com a organização das “classes perigosas”. “Tanto os representantes dos direitos naturais racionais, como os da economia fisiocrata e liberal-clássica partilhavam a opinião de que a liberdade e a igualdade na sociedade estariam melhor asseguradas, garantindo a propriedade, a coatuação e a concorrência privada a muitos produtores pequenos, proibindo a reunião de ‘interesses especiais’, cuja força – como se acreditava – só poderia prejudicar a liberdade dos demais” (ABENDROTH, 1977: 16). Até mesmo socialistas burgueses, como Proudhon, e anarquistas, como Bakunin, viam as organizações de classe como uma tentativa inócua dos trabalhadores em aumentar seus salários e, conseqüentemente, melhorar suas condições materiais de vida.

A despeito desta dupla condenação das coalizões trabalhistas vinda de espectros ideo-políticos tão distintos entre si, as organizações do movimento operário não pararam de crescer junto com a grande indústria. “Apesar de uns e outros, apesar dos manuais e das utopias, as coalizões não deixaram nunca de progredir e crescer com o desenvolvimento e o crescimento da indústria moderna” (MARX, 1985 [1847]: 158).

Das sombras das periferias às luzes da ribalta, os trabalhadores passaram celeremente a ser motivo de preocupação das classes dominantes, dada a nova conjuntura política de protestos e reivindicações populares. O esquecimento e desprezo deram lugar ao repentino interesse da classe burguesa pelas condições de vida e de trabalho dos operários. Entre 1830 e 1840, surgiram diversos estudos patrocinados pelo Estado britânico sobre a “questão social”. A partir de 1845, as autoridades públicas fizeram inspeções rotineiras às fábricas. Segundo tais estudos, a “questão social” era estritamente relacionada à concentração populacional, imigração do campo para a cidade, urbanização, industrialização e baixa eficiência do Estado na área social a partir das leis dos pobres.

As péssimas condições de vida da classe trabalhadora só passaram a ser percebidas pela burguesia e seu comitê executivo quando a luta operária ganhou força e expressão na arena política, com os sindicatos e partidos políticos proletários. Antes, pauperismo e fome – expressões da “questão social” – eram um problema exclusivo dos pobres operários escondidos nas periferias dos grandes centros urbanos.

É, portanto, a partir das lutas sociais e políticas do proletariado, que surge a “questão social”.

A ‘questão social’ não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000: 77).

II. A trajetória da expressão ‘questão social’ na teoria social de Marx e Engels

A “questão social” emergiu no cenário europeu em meados do século XIX, quando o proletariado, então liderada pelas suas franjas operárias, impôs-se como um sujeito histórico independente e autônomo, lutando e reivindicando soluções para suas mazelas, tais como pauperismo, fome, péssimas

condições de habitação, degradação do espaço urbano, dentre outras tantas. Estamos diante de necessidades sociais prementes sendo transformadas em demanda política coletiva, organizada e consciente dos seus meios e objetivos.

As múltiplas expressões da “questão social” tornam-se um problema a ser enfrentado pelas classes dominantes quando sua antípoda – a classe trabalhadora –, organiza-se em torno de sujeitos coletivos que dão voz, expressão e ação aos interesses proletários, demandando e exigindo reformas no sistema capitalista, ganhos econômicos parciais, plenos direitos de cidadania e, num sentido mais radical, a supressão do capitalismo por uma nova ordem social, o socialismo (COUTINHO, 2000).

Ora, diante das pressões advindas da mobilização dos trabalhadores em torno de questões políticas com um viés classista – o que poderíamos chamar de questão operária –, a burguesia inglesa, conjuntamente com outras classes dominantes, articularam, através da máquina estatal, uma intervenção mais eficaz sobre a “questão social”, até então tratada por uma legislação herdada do reinado de Henrique VIII. Com a real ameaça de sofrerem não somente perdas ocasionais, as classes dominantes aboliram as antigas leis oficiais do pauperismo e adotaram novas medidas (paliativas) contra a “questão social”.

O Estado e a economia política burgueses insistiram em tratar a miséria dos trabalhadores ora como algo criminoso – um delito passível de prisão e internação forçada em casas de abrigo – ora como natural – uma condição humana presente desde a Antigüidade. Mas o problema concreto persistia, ainda segundo o ponto de vista burguês, primeiro como uma chaga social, depois como uma chaga política.

A expressão “questão social” surgiu na terceira década do século XIX (CASTEL, 1998: 30), justamente quando, não por acaso, apareceu a palavra socialismo. Diversos críticos sociais, dos mais diferentes campos de atuação política e ideológica, utilizaram-se do termo para descrever as condições de vida miseráveis de uma enorme massa de trabalhadores, submetida à exploração capitalista no início da era burguesa. O uso indiscriminado da expressão “questão social” acabou por fornecer-lhe diversos conteúdos e atribuições muito diferentes, mas uma coisa é certa: todos

eles se referiam ao pauperismo absoluto dos trabalhadores assalariados (NETTO, 2001).

Após a Primavera dos Povos, um levante revolucionário que varreu toda a Europa no ano de 1848, a expressão “questão social” deixou de freqüentar o léxico das mais variadas dimensões da política e da teoria e passou a viver uma fase monogâmica com o conservadorismo burguês, ávido por reformar o sistema capitalista para conservar suas estruturas mais fortes, dentre elas, a propriedade privada dos meios de produção (NETTO, 2001). O tratamento teórico da “questão social” foi progressivamente se deslocando de uma análise sócio-histórico, capaz de circunscrevê-la dentro de uma totalidade processual e contraditória movida pela luta de classes, para uma análise naturalizada, fora das relações espaço-temporais próprias do capitalismo.

De todas as maneiras, os intelectuais burgueses tentaram mascarar a existência da luta operária e a possibilidade concreta de revolução socialista, o que levaria ao fim do modo de produção capitalista. No plano ideológico, tomaram para si a expressão “questão social”, que passou a ter uma conotação aparentemente neutra pela qual o pensamento conservador vai se referir à questão operária (NETTO, 2004 [1998]: 61). No plano político, reformas sociais e políticas foram postas em prática para abrandar os efeitos deletérios da acumulação e da exploração capitalistas, sendo que, muitas vezes, tais reformas eram conquistas dos trabalhadores, e não meramente concessões da classe burguesa.

Até 1844, como nos comprovam os textos *A situação da classe operária na Inglaterra*, de Engels, e *Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social*, de Marx, os autores alemães usavam a expressão “questão social” para descrever o pauperismo da classe trabalhadora. O termo, como vimos no início do artigo, era comum no linguajar da época, e Marx e Engels utilizaram-no para retratar a vida cotidiana dos trabalhadores europeus e as formas de intervenção do Estado guarda-noturno contra o pauperismo.

Engels, em uma ampla investigação sobre as condições de vida dos operários ingleses, foi o primeiro cientista social e militante comunista a relacionar as diversas expressões da “questão social” com suas causas profundas, a saber, a exploração e a alienação capitalista da grande indústria, e a denunciar com vigor o descaso político do Esta-

do e da burguesia frente às mazelas sociais. Daí a seguinte conclusão de Engels (1975 [1845]: 276) a respeito das soluções oficiais para os problemas dos trabalhadores: “(...) Se a burguesia tem o interesse em dirigir esta guerra hipocritamente, sob a aparência da paz e sob a da filantropia, não pode senão favorecer ao operário desnudar suas verdadeiras condições de vida, atacando violentamente esta hipocrisia”.

Marx, por sua vez, debruçou-se sobre a “questão social” quando explodiu a revolta dos tecelões na Silésia. O revolucionário alemão, em compasso com a avaliação engelsiana sobre a “questão social”, criticou as propostas da classe burguesa para sanar os problemas decorrentes do pauperismo, sempre ressaltando seus estreitos limites. No centro do mercado mundial, a burguesia inglesa esboçou uma consciência tímida e limitada dos problemas do pauperismo. Ela reconheceu a gravidade de algumas expressões da “questão social”, mas apresentou propostas “infantis” e paliativas de pouco impacto nas estruturas do capitalismo. A ação política da burguesia contra o pauperismo absoluto e relativo da classe proletária calcava-se numa assistência social das paróquias locais, obrigadas pelo regime de lei a prestar socorro aos pobres.

O combate à pobreza das massas populares era, assim, reduzido a questões assistencialistas e administrativas, passando ao largo da raiz do problema – a propriedade privada e a produção da mais-valia. Como dizem Mário Duayer e João Leonardo Medeiros (2003: 242),

(...), na Inglaterra, assim como na Alemanha, o pauperismo, julgado resultante ora da falta de beneficência, ora do excesso de beneficência, foi sempre manejado com medidas filantrópico-administrativas. Portanto, em ambos os casos, jamais foi considerado consequência necessária das relações sociais de produção, em particular da indústria moderna.

Marx (1995 [1844]: 81) satirizou tais formulações reformistas da burguesia, e argumentou sobre o caráter conservador e misticador das propostas burguesas e do Estado para contornar a “questão social”.

(...) o Estado não pode acreditar na impotência interior a sua administração, isto é, de si mesmo. Ele pode descobrir apenas defeitos formais, casuais da mesma, e tentar remediá-los. Se tais modificações são infrutíferas, então o mal social é uma imperfeição natural, independente do homem, uma lei de Deus, ou então a vontade dos indivíduos particulares é por demais corrupta para corresponder aos bons objetivos da administração.

Poderia, perguntou-se Marx, “o Estado comportar-se de outra forma?” A burguesia inglesa, vocalizada nas obras dos economistas vulgares, dos quais se destacava Thomas Robert Malthus, apontava as leis da natureza, o egoísmo privado e o sentimento não-cristão dos ricos, a política dos partidos adversários que demonstravam a falta de vontade política para construir consensos e agir efetivamente sobre os problemas sociais, a ineficiência administrativa, o excesso de assistência social, a falta de educação e a indolência dos trabalhadores como as causas da miséria das classes exploradas. “A raiz dos males sociais”, afirma Ivo Tonet, “é buscada em todos os lugares, menos onde ela efetivamente se encontra e que o remédio é sempre alguma medida de reforma e nunca a revolução” (TONET, 1995: 51).

Já na década de 1850 e início de 1860, em textos escritos para a imprensa, Marx tratou dos temas de crise, pauperismo e situação dos trabalhadores fabris sem referir-se uma única vez à “questão social”, nomeando-a de questão operária¹. Ao promover a substituição da palavra ‘social’ pela ‘operária’, Marx apontou para um novo tratamento teórico da “questão social”, pois deixou de trabalhar com a hipótese então conservadora de que os problemas sociais atingem a todos os segmentos sociais de forma indiscriminada, e passou a relacioná-los de forma mais estreita ao seu conteúdo de classe.

Por fim, após encerradas as suas primeiras investigações acerca de *O Capital*, Marx abandonou definitivamente o termo “questão social”. No seu texto *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx ([1875] 1979: 219) desdenhou da expressão², deixando claro que ela se refere a muitas coisas sem dizer nada: “a luta de classes existente é substituída por uma frase de jornalista: ‘o problema social’, para cuja ‘solução’ ‘prepara-se o caminho’”.

Considerações finais

Diante do exposto a respeito da trajetória da expressão “questão social” nas obras de Marx e Engels, cabe-nos colocar duas perguntas, com o objetivo de problematizarmos o objeto do nosso estudo: 1) por que os autores alemães rapidamente a abandonaram, e depois desdenharam do seu uso? 2) em algum momento daquela trajetória, a expressão ganhou um *status* de categoria teórica?

Depois de 1830, quando o acirramento das lutas de classe entre proprietários e não-proprietários fez soar os dobrões fúnebres da economia política, Marx e Engels rapidamente renunciaram à expressão e passaram a referir-se aos problemas sociais sob a ótica classista dos trabalhadores. Logo após a Primavera dos Povos, quando a classe trabalhadora tornou-se politicamente autônoma e reivindicou o socialismo como solução para a “questão social”, afirma José Paulo Netto (2001: 156), “(...) o pensamento revolucionário passou a identificar na expressão ‘questão social’ uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador”.

Com a possibilidade real do fim do modo de produção capitalista, os intelectuais burgueses passaram a elaborar sistemas ideológicos objetivando mistificar as reais contradições do sistema vigente, impedindo o conhecimento das causas fundantes da “questão social”. O final da década de 1840 foi o período de decadência ideológica da burguesia (LUKÁCS, 1968 [1938]), e Marx e Engels, tacitamente, relacionaram a expressão “questão social” com este momento de ocaso do pensamento burguês e mistificação da realidade contraditória do capitalismo e, portanto, a abandonaram tão rápido quanto a utilizaram.

Pouco tempo depois, Marx, em alguns textos escritos para a imprensa comunista sobre a conjuntura econômica dos anos 1850, utilizou-se de uma nova fraseologia – a “questão operária”. Este período coincidiu, não de forma casual, com o exílio de Marx na Inglaterra, que acabou por proporcionar, junto com o auxílio financeiro de Engels, uma oportunidade para o autor retomar seu antigo projeto da crítica da economia política, iniciado em 1844 na capital francesa.

Marx começou a elaborar alguns manuscritos e rascunhos do que mais tarde seria *O Capital*, li-

vro no qual ele desenvolveu as bases teóricas das principais leis de tendência do modo de produção capitalista, utilizando-se de categorias como valor, trabalho, exploração, mais-valia, pauperismo e acumulação para explicar cientificamente a “questão social”. O estudo mais sistemático da economia política e a formulação da sua crítica com base no método dialético e na perspectiva socialista da classe trabalhadora, elevou a teoria marxiana a um novo patamar, que agora prescinde de termos vagos e indefinidos como a “questão social”; ela, portanto, que nunca gozou de *status* de categoria teórica em qualquer tradição do pensamento moderno, tornou-se desnecessária, pois um conjunto amplo de categorias da crítica da economia política expressam, a partir do uso da razão dialética, o movimento contraditório do capitalismo.

Este abandono do tema, todavia, não significou, é preciso frisarmos, a abdicação da problemática da “questão social”, que pode ser entendida, de forma mais precisa, como a exploração do trabalho assalariado pelo capital e as lutas dos trabalhadores contra as relações sociais de produção capitalista e todas suas formas de exploração, opressão e dominação. Esta foi, ao longo da obra dos pensadores revolucionários alemães, uma constante que nunca saiu de cena, em particular durante os anos nos quais foram gestadas as obras da crítica da economia política.

Referências bibliográficas

ABENDROTH, W. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BRESCIANI, M. S. M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CASTEL, R. *As metaformoses da questão social: uma crônica do salário*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. In: _____. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000. p.49-69.

DUAYER, M. e MEDEIROS, J. L. Miséria brasileira e macrofilantropia: psicografando Marx. In: *Revista de Economia Contemporânea*, v. 7, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2003. p. 237-262.

ENGELS, F. *La situación de la clase obrera en Inglaterra*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1974 [1845].

GRANEMANN, S. Processos de trabalho e serviço social I. In: *Curso de capacitação em serviço social e política social*. Brasília: CEAD; UnB, 1999

IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. In: *Praia Vermelha*, n. 8, primeiro semestre. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2003. p.56-83.

_____.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 13ª edição. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): Celats, 2000

LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LUKÁCS, G. Marx e o problema da decadência ideológica. In: _____. *Marxismo e Teoria da Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1938]. p.49-111.

_____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979

MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. In: *Práxis*, n. 5, out-dez. Belo Horizonte: Projeto Joaquim, 1995 [1844]. p. 68-91.

_____. *A miséria da filosofia*. 2ª edição. São Paulo: Global, 1985 [1847].

_____. Introdução [à Crítica da Economia Política]. In: _____. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1857].

_____. *O Capital: crítica da economia política*, livro I, volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1867].

_____. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escolhidas de Marx e Engels*, v. 1. São Paulo: Alfa-ômega, 1979 [1875].

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: _____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 3ª edição ampliada. São Paulo: Cortez, 2001. p.151-162.

_____. Para ler o Manifesto Comunista. In: _____. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004. p.45-86

PASTORINI, A. *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo: Cortez, 2004.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 [1942].

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária*, v. 1. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 [1963].

TONET, I. Marx e a política: prefácio ao *Glosas críticas...* de Marx. In: *Práxis*, n. 5, out-dez. Belo Horizonte: Projeto Joaquim, 1995. p. 45-68.

Notas

- 1 Cf. La cuestión obrera [1853]. Prosperidad. El problema obrero [1853]. La situación de los obreros ingleses [1857]. La penuria de los obreros ingleses [1862]. In: *Obras fundamentales de Marx y Engels*. Volumen 11, Escritos económicos menores. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- 2 Na nossa edição da *Crítica do Programa de Gotha*, a expressão “questão social” (*soziale frage*, no original) foi traduzida por “problema social”.

Rodrigo Castelo

*Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA – IE/UFRJ) e docente do Centro Universitário de Volta Redonda.
rodrigo.castelo@gmail.com